

Práticas de governo dos Sujeitos do Ensino Médio: a construção discursiva das Reformas Educacionais do Ensino Médio a nível nacional e em Goiás.

Sueli Agda VIEIRA (PG/FL - UFG)

suelyav@yahoo.com.br

Dr. Alexandre Ferreira da COSTA (ORIENTADOR)

Palavras-chave: Reforma – Ensino Médio – Discurso – Políticas Educacionais.

Introdução

É propósito deste texto apresentar algumas considerações de um trabalho de mestrado que está sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Objetiva-se analisar como os saberes visibilizados pelos documentos de reformas educacionais no Brasil legitimam propostas e práticas que objetivam a ampliação do acesso com garantia de permanência e sucesso do aluno no Ensino Médio. Almeja-se ainda problematizar os discursos postos em circulação pelo Ministério da Educação, que procuram minimizar danos provenientes de repetências e evasões, ao engajarem-se em crenças que não visam somente prover uma educação de qualidade, mas um controle e gerenciamento do risco social, beneficiando o desenvolvimento econômico do país, por meio da inclusão de todos os jovens em idade adequada no Ensino Médio e facilitando sua permanência nesse nível de ensino a partir principalmente das alterações curriculares. O Programa de Ressignificação do Ensino Médio em Goiás: um caminho para a vida (2009) contempla a proposta do Ministério da Educação de Ensino Médio Inovador (2009) na medida em que apresenta uma nova concepção de organização escolar e demonstra um dos indicadores de modernização na educação, vez que há no Programa a proposta de descentralização do currículo, com o estímulo à crescente autonomia de gestão e flexibilização das unidades escolares.

No contexto das reformas, a mobilização dos órgãos governamentais federais foi grande para que o jovem fosse incluído na agenda sócio-político-

brasileira de cidadãos de direito e como derivação dessas propostas federais surgiu em Goiás em 2009 o Programa de Resignificação em Goiás: um caminho para a qualidade¹ (PREM).

Material e métodos

Sob a perspectiva da análise do discurso, da pesquisa qualitativa crítico-documental e de estudos etnográficos, intenta-se examinar a estabilização e refração regional da nova ordem de discurso da educação brasileira a partir de dados e informações encontrados nos discursos, interdiscursos e intertextos dos documentos oficiais educacionais, dentre eles, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº: 9394/96), Programa de Ensino Médio Inovador / Ministério da Educação (2009) e o PREM (2009). A análise desses discursos constitui um importante arcabouço teórico (necessário) para compreender que motivações estão na base de formação do discurso educacional da resignificação e que efeitos de sentido têm gerado. Nessa perspectiva, os sentidos produzidos a partir desses documentos apresentam o Ensino Médio como uma política pública para a educação e assim pode-se reconhecer o PREM em Goiás como uma forma de governo.

Resultados e discussão

No projeto do PREM, o aluno pode escolher algumas disciplinas para compor o seu currículo, as disciplinas são oferecidas semestralmente, enfim, a proposta é dar uma oportunidade diferente ao adolescente que cursa o Ensino Médio para que ele possa ter também a formação profissional que mais lhe agrada a partir das disciplinas optativas. Os projetos elaborados são diferenciados para cada escola, levando em consideração as peculiaridades de cada município. Em Resignificação: ensino médio em travessia (2009), são apresentados excertos selecionados dos relatórios elaborados por 17 escolas que integram o grupo das 182 escolas em 2009

¹ Doravante irei utilizar as iniciais PREM, para referir-me ao Programa de Resignificação do Ensino Médio em Goiás: um caminho para a qualidade (2009).

(mais de 250 em 2011) que aderiram ao PREM em Goiás. O Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, de Ipameri-Go, apresentou alguns pontos positivos e negativos ao PREM referente às Disciplinas Opcionais:

Positivos:	Negativos:
Resgate ao aluno desistente no 2º semestre;	Falta o comprometimento de alguns profissionais da
Recuperação do aluno em menor tempo;	Secretaria da Educação (permitir que o aluno prossiga
Oportunidade de reiniciar o estudo duas vezes ao ano;	com os estudos sem ter os pré-requisitos básicos);
Maior comprometimento dos alunos, pois o tempo é	Algumas falhas no programa SIGE, inviabilizando
curto para recuperar notas e conteúdos.	o trabalho da Secretaria.

(Goiás, 2009a, p. 152.)

O Colégio Estadual Normal Professor César Augusto Ceva, de Ipameri-Go, opinou acerca da divisão semestral e da distribuição de disciplinas:

Observa-se que 86% dos professores pesquisados consideram negativa a semestralidade. No aspecto da distribuição de disciplinas, como no caso das Optativas (Artes Cênicas na Literatura I e II, Educação Ambiental I e II, Geometria I e II, Informática no Cotidiano I e II), além da separação de Literatura e Redação de Gramática, obteve-se 65% respostas positivas.

(Goiás, 2009a, p.152)

Ao analisar o posicionamento das escolas e a partir do diálogo com coordenadores e professores de colégios ressignificados em Ipameri e Pires do Rio, vê-se que o PREM tem sido assimilado pelas unidades escolares sob concepções de ensino muito díspares. Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar que ainda que maiores margens de autonomia possam incentivar as escolas a construir um perfil institucional próprio e a dar respostas mais criativas e aderentes às problemáticas concretas que enfrentam, é preciso atentar para os limites da autonomia quando a questão em foco é melhorar a qualidade e a equidade do sistema de ensino. Se a articulação da escola com as peculiaridades de seu entorno e com as demandas da população que atende não estiver mediada por uma proposta educativa que amplie os horizontes culturais de seu alunado, o risco é o de que ela seja portadora de uma estratégia que fixe o destino dos alunos às suas condições de origem social, cultural e geográfica (Tiramonti, 2000).

Em contrapartida, pode-se acrescentar que a autonomia pode em projetos tais como os das reformas educacionais que se caracterizam por um pluralismo de caminhos divergentes constituir-se em riscos de uma interpretação equivocada da prática social e da contextualização que preconizam as diretrizes educacionais vigentes. O pilar desse novo projeto de Ressignificação está na definição dos princípios de uma educação voltada para a prática social e orientada para o trabalho, ou seja, uma educação básica que ao mesmo tempo articule a preparação para o exercício da cidadania plena e a preparação para uma inserção crítica e competente no mundo das relações produtivas, com a possibilidade de continuidade de estudos ao longo da vida. Eis algumas sugestões de disciplinas opcionais e/ou projetos indicadas no PREM como subsídio à discussão a ser estabelecida em cada escola:

1. Materiais reaproveitáveis;	17. Teatro;	34. Filosofia grega;
2. Empreendedorismo cultural;	18. Formação musical;	35. Arte indígena;
3. Produção em audiovisual;	19. Dança;	36. Artes visuais;
4. Texto e roteiro;	20. Gastronomia;	37. Artesanatos;
5. Imagem e edição;	21. Jornal;	38. A história da arte;
6. Educação para o trânsito;	22. Fotografia;	39. Antropologia goiana;
7. Educação Ambiental;	23. Confecção de vídeo;	40. Oficinas de comunicação;
8. Educação sexual;	24. Confecção de bijuterias, calçados e roupas;	41. Cinema educação;
9. Educação regional;	25. Excursões intercolégiais;	42. Música e mídia;
10. Educação inclusiva;	26. Edição de jornal;	43. Resgatando as danças
11. Trabalho agrícola;	27. Estética e beleza;	44. Banda/ fanfarra;
12. Trabalho infantil;	28. Esportes;	45. Resoluções de exercícios concursos;
13. Economias regionais;	29. Filosofia através de cinema;	46. Raciocínio lógico;
14. Novas Tecnologias;	30. Português através de histórias em quadrinhos;	47. História regionalista (becos, ruas, praças, etc.);
15. Programas de Informática;	31. Redação de documentos oficiais;	48. História do Brasil por meio de imagens;
16. Trabalhos de campo;	26. Edição de jornal;	49. Química por meio de quadrinhos;

(Goiás, 2009a, p. 45/6).

O fato de as escolas propiciarem oportunidades para que o aluno se identifique em um processo que pode-se dizer de conquista sedutora através das disciplinas optativas, por exemplo, traz também os riscos de um distanciamento de suas reais funções como instituição destinada à formação escolar de seus alunos. Há ainda o risco de que as escolas se lancem em inúmeras atividades paralelas que não tenham qualquer reflexo na substituição necessária de seu tradicional paradigma de ensino. Segundo Mitrulis (2002), a escola em certos momentos vem

assumindo características mais próximas às de um clube, uma associação de lazer, uma entidade assistencial, um espaço de animação cultural do que propriamente as características de uma instituição de ensino. A escola é um lugar em que se cultiva a relação com o conhecimento. Lugar em que o aluno deve ter oportunidades de confrontar seu saber de vida espontâneo com o saber sistematizado, construir esquemas intelectuais e de ação para interpretar, compreender e participar intencionalmente das relações sociais e da prática produtiva.

Conclusões

Diante da análise parcial dos documentos e dados pesquisados (vez que a pesquisa está em construção) confirma-se a necessidade da universalização de um ensino médio com qualidade social, tal como preconiza a legislação educacional vigente. Todavia, é preciso compromisso com a construção das condições objetivas, para além do discurso, do ensino médio como etapa efetivamente integrante da educação básica, o que remete não só a universalização, mas ao tratamento integrado do trajeto curricular a ser percorrido da educação infantil ao ensino médio. Vê-se, portanto, que é possível verificar e mostrar como determinados enunciados que constituem o PREM aparecem e como se distribuem e se agregam a outros enunciados produzindo efeitos de sentido variados e até inesperados.

Referências bibliográficas

BRASIL/MEC. Lei nº 9394, de 20/12/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

COSTA, A. F. *Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional*. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

GOIÁS. *Ressignificação do Ensino Médio: um caminho para a qualidade*. SEE, 2009.

_____. *Ressignificação: ensino médio em travessia*. SEE, 2009 a.

Mitulis, E. *Ensaio de inovação no ensino médio*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14404.pdf>. Acessado em maio de 2011.

TIRAMONTI, G. Após os anos 90: novos eixos de discussão na política educacional da América Latina. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M.M.; HADDAD, S. (orgs.) *O Cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 117-140.